

O DESPONTAR DAS CRECHES NA CIDADE DE CATALÃO-GO

THE EMERGENCE OF DAYCARE CENTERS IN THE CITY OF CATALÃO, GO

Lara Celeste Safatle¹
Claudia Tavares do Amaral²
Altina Abadia da Silva³

RESUMO: Este estudo tem como enfoque o histórico de criação das creches em Catalão, Goiás, visando identificar suas primeiras iniciativas e analisar a possível perpetuação do caráter assistencialista nessas instituições. A pesquisa se fundamenta na análise documental e busca atender ao princípio do materialismo histórico dialético, teoria desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, com o objetivo de realizar considerações críticas sobre a transição dessas creches para uma abordagem mais educativa e menos assistencialista. Além disso, busca-se desvendar o contexto inicial da implantação das creches na cidade, examinando documentos históricos e registros oficiais. A análise documental permitirá reconstruir as primeiras ações voltadas à criação dessas instituições e compreender os motivos que levaram à sua implementação. Além disso, o estudo se propõe a verificar se, ao longo do tempo, as creches têm mantido seu caráter assistencialista ou se têm evoluído para um modelo mais educativo e formativo. A abordagem do materialismo histórico dialético enriquece a análise, ao considerar a relação entre os aspectos históricos e sociais que permeiam a criação e desenvolvimento das creches em Catalão. A partir dessa perspectiva crítica, será possível questionar como as políticas

¹Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Graduação em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão. Especialização em Direito Público S B I, UCAM. Servidora Pública do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, atua como escrevente judiciário desde 2013 e atualmente é lotada na 2 Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Catalão. lara16safatle@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa, com reconhecimento no Brasil pela USP. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). É Professora do Magistério Superior na Universidade Federal de Catalão no Curso de Pedagogia e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) integrando a Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão. claudia.amaral@ufcat.edu.br.

³. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás, Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília e Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, Pós-doutorado em Avaliação Externa em Larga Escala na Educação Infantil no Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional - GPPGE na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/PB. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Catalão - UFCAT. Atua na graduação e no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEDUC da Faculdade de Educação da UFCAT. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Infância e Educação - NEPIE/UFCAT. professores.tina_silva@ufcat.edu.br

públicas têm influenciado as diretrizes e objetivos dessas instituições ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVES: Creches, Assistencialismo, Educação; Políticas Públicas; Materialismo Histórico Dialético.

ABSTRACT: This study focuses on the historical creation of daycare centers in Catalão, Goiás, aiming to identify their first initiatives and analyze the possible perpetuation of the welfare-oriented nature in these institutions. The research is based on documentary analysis and seeks to adhere to the principles of historical materialism dialectics, a theory developed by Karl Marx and Friedrich Engels, with the objective of making critical considerations about the transition of these daycare centers towards a more educational and less welfare-oriented approach. Additionally, it seeks to unveil the initial context of implementing daycare centers in the city, examining historical documents and official records. The documentary analysis will enable the reconstruction of the first actions aimed at creating these institutions and understanding the reasons that led to their implementation. Furthermore, the study aims to verify whether, over time, daycare centers have maintained their welfare-oriented nature or have evolved towards a more educational and formative model. The approach of historical materialism dialectics enriches the analysis by considering the relationship between historical and social aspects that permeate the creation and development of daycare centers in Catalão. From this critical perspective, it will be possible to question how public policies have influenced the guidelines and objectives of these institutions over time.

KEYWORDS: Day Care Centers, Welfare, Education; Public Policies; Historical Dialectical Materialism.

Introdução

A Educação Infantil é tema de debates complexos, pois a forma como as crianças são cuidadas e educadas impacta sua trajetória escolar e vida futura. Este artigo discute conceitos como infância, educação e cuidado, e traça a história das primeiras creches em Catalão-GO, analisando o processo de municipalização da Educação Infantil e a persistência da visão assistencialista nas instituições. Segundo Silva, Barbosa e Pinheiro (2006), a história do atendimento institucional no Brasil revela predominância do cuidado físico e psicológico em detrimento da educação, com educadores pouco qualificados que atuavam mais como cuidadores do que educadores. Na construção de seu conceito, compreende-se que, em que

pese a criança sempre ter existido, a infância, ao menos denominada como um interlúdio com essa visão lúdica e ajustada a seu entendimento e limitações do mundo pós-moderno, pela qual todo ser humano perpassa, não era reconhecida tampouco validada. Na verdade, limitação era o que definia esse sujeito, que apenas aguardava a completude da idade para ser chamado de adulto e assim, gozar e fruir de qualquer direito a si inerente.

Com a pretensão de prepara-lo para fase adulta, esse infante era cuidado, higienizado, amparado, no entanto, não era lecionado, escolarizado, ensinado. Dessa forma, como herança de um longo período, verifica-se evidentemente perceptível o caráter assistencialista em detrimento do educacional nos cuidados desse menor, inclusive e principalmente nas instituições que os acolhem, recebem e (talvez) eduquem. Nesse sentido, como acrescentar o cunho educativo, para além do cuidado e amparo que essa criança recebe nas instituições? É possível desmistificar a concepção de que os conceitos de cuidado e educação são auto excludentes?

Pedagogicamente, a creche atende crianças de zero a três anos, enquanto a pré-escola abrange as idades de quatro e cinco anos, seguindo-se o Ensino Fundamental para crianças que completam seis anos até 31 de março do ano da matrícula, conforme a Resolução nº 2/2018 CNE/CEB. No entanto, a creche costuma ser negligenciada em relação à pré-escola, vista como etapa preparatória para o Ensino Fundamental, enquanto a creche permanece associada a uma função assistencialista histórica. Isso resulta na oferta de vagas prioritariamente para crianças próximas dos seis anos, prejudicando o acesso dos bebês (Oliveira, 2005). Diante disso, é fundamental compreender o conceito de infância e sua formação.

Infância

O conceito histórico de infância tem sido construído ao longo do tempo como um fenômeno social e cultural, tanto no Brasil quanto no mundo. Segundo Ariès (1981), na Idade Média, acreditava-se que até os sete anos a criança era incapaz de manifestar suas opiniões, sentimentos e pensamentos, o que resultava na desconsideração de sua comunicação. Essa concepção influenciou a representação infantil nas artes, onde crianças eram retratadas como adultos em miniatura, sem

respeitar suas características próprias, o que evidencia a ausência de uma identidade infantil reconhecida naquela época.

Etimologicamente, a palavra infância deriva do latim *infantia*, que significa “incapacidade de falar”, remetendo, em sentido amplo, à incapacidade de reivindicar direitos inerentes (Ariès; Chartier, 2009). Ariès e Chartier (2009) ainda destacam que, até o início do século XIV, a família europeia era entendida como uma comunidade de indivíduos que compartilhavam o mesmo espaço, dedicando-se principalmente à sobrevivência e ao cuidado básico das crianças, focado em nutrição e higiene limitada. Nessa perspectiva naturalista, o objetivo do indivíduo era a continuidade da espécie, sem espaço para conceitos como individualidade ou privacidade, visto que o corpo pertencia à sociedade como um todo, incluindo a criança que simbolizava essa perpetuação.

Ainda segundo Ariès e Chartier (2009), essa visão coletiva da infância expressava a prontidão da substituição do infante em caso de falecimento, algo que não diminuía o sofrimento dos pais, mas refletia a resignação perante a missão da continuidade. Somente nos séculos finais da Idade Média, principalmente em meios mais prósperos, a relação entre pais e filhos passou a se transformar, valorizando a proteção e o cuidado da criança não apenas como herdeira da espécie, mas como indivíduo com afeto próprio. Essa transformação lenta e gradual deu origem à família nuclear, com papéis mais definidos, especialmente a responsabilidade da mãe na educação e cuidado dos filhos.

Nesse contexto, a Europa viu a ancestralidade dar lugar à modernidade, com a urbanização e o capitalismo emergente promovendo a individualização em oposição à integralidade tradicional. Entretanto, conforme destacam Ariès e Chartier (2009), o aumento da afeição parental foi criticado pela Igreja e pelo Estado, que, a partir do século XVII, passaram a assumir a responsabilidade pela educação das crianças, visando evitar que crescessem indisciplinadas. Essa transferência do cuidado educativo para instituições religiosas e estatais tinha uma clara intenção de controle social, utilizando a infância como momento estratégico para a doutrinação.

Jacques Gélis (2009) reforça essa análise ao pontuar que a repressão à educação familiar, vista como demasiadamente afetiva, levou à retomada do controle educacional pelo poder religioso e político. Para Gélis, a mudança do âmbito privado para o público na educação infantil reflete a vontade desses poderes em controlar a

sociedade, com as escolas e colégios sendo espaços onde os instintos infantis deveriam ser reprimidos e a razão imposta como guia do comportamento.

Em contraponto a esse quadro idealizado para as crianças em contextos urbanos e familiares estruturados, Merisse, Justo, Sterza, Rocha e Vasconcelos (1997) evidenciam a dura realidade das crianças do campo e das classes populares durante a Revolução Industrial. Devido à rejeição da mão de obra masculina adulta por conta das longas jornadas e baixos salários, as mulheres e crianças foram exploradas como força de trabalho barata nas fábricas, submetidas a condições degradantes, que comprometiam sua saúde e vida. Muitas vezes abandonadas e até vendidas por suas famílias, essas crianças viviam uma existência marcada por sofrimento extremo, dor e morte precoce, sendo treinadas desde cedo para a escravidão industrial, sem contato com outra realidade que não fosse o trabalho exaustivo e desumanizador.

Início da Instituição Creche

No século XIX, as primeiras creches na Europa, notadamente em Paris, surgiram, originalmente com o intuito de “esconder” as crianças de rua que viviam em situação de miserabilidade ou ainda abrigar a prole da mão de obra feminina, preferencialmente no próprio local de trabalho, solucionando o imbróglio de onde deixar seus filhos pequenos sem comprometer a produção nas exaustivas jornadas a que eram submetidas. Observe a conceituação do termo por Mackey e Reganham (2009, p.61):

O termo creche utilizado até hoje tem sua origem no termo francês creche, que significa manjedoura e no termo italiano asilo nido, que significa ninho que abriga. Com esta forte conotação de proteção e cuidados aliados à conjuntura política e social da época, a instituição creche carrega até os dias de hoje, infelizmente, a ideia de um lugar ou abrigo para crianças carentes socialmente e culturalmente.

Dentro de um período da estruturação do capitalismo, urbanização e carência de trabalhadores, o arranjo da mulher exclusivamente mãe e dona de casa foi alterado pela absorção da mão de obra feminina nas indústrias, transformando a estrutura familiar, principalmente e sobretudo nas classes mais baixas, em que estas se viram compelidas a assumirem o trabalho remunerado a fim de garantir a subsistência da família, inúmeras vezes, como provedora do lar.

Surgiu então o questionamento sobre onde e com quem ficariam os filhos pequenos das mães trabalhadoras, diante do alto índice de mortalidade por falta de cuidados adequados. A sociedade, por meio de associações sociais, religiosas e filantrópicas, criou as creches para suprir o papel antes exercido pela família ou orfanatos, especialmente em um contexto de mudanças nos conceitos de maternidade, infância e trabalho feminino. Inicialmente, as creches tinham a função de liberar a mulher operária para o trabalho, mas depois passaram a ser vistas como suporte para mães “incompetentes”, oferecendo cuidado a crianças em risco. Assim, enquanto a família era exaltada como espaço legítimo do cuidado, a creche era considerada uma alternativa emergencial e estigmatizada, destinada às classes inferiores, com condições precárias, falta de profissionais qualificados e baixo reconhecimento social, especialmente na Europa (Adorni, 2005).

Ressalte-se, por oportuno que, em que pese a posição de humilhação e vexatória em que a genitora se dispunha, nada lhe garantia que aquela criança seria bem tratada, visto que, por muitas vezes, perdurava a precariedade do atendimento, seja com insuficiência de recursos, sucateamento da estrutura física, ausência de profissionais capacitados, já que seu quadro era composto, em sua maioria, por voluntários, ou com a falta de condições básicas de saneamento. Tal modo de organização social foi contemporâneo a Marx, cujas palavras sentenciaram:

Na produção social da existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentemente de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um certo grau de evolução das suas forças produtivas materiais. O conjunto de tais relações forma a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se levanta um edifício jurídico e político, e ao qual respondem formas determinadas da consciência social. (Marx, 2008, p. 47)

Esse trecho nos permite a inteligência do funcionamento da “máquina” no momento da alteração da sociedade medieval para a sociedade industrial, com o advento do capitalismo e suas nuances e ênfase nas condições materiais da existência humana. Numa compreensão de organização desta sociedade em seus meios e modos de produção, essas mães, movidas pela necessidade da subsistência própria e familiar, contavam com a instituição da creche como única possibilidade e perspectiva à prole, tendo em vista serem impelidas a vender sua força de trabalho àqueles que detêm os meios de produção.

Com o avanço do capitalismo industrial, formou-se uma clara divisão entre o proletariado, classe trabalhadora oprimida, e a burguesia, classe dominante que acumula os frutos do trabalho coletivo e controla não apenas a economia, mas também os mecanismos sociais, políticos e jurídicos que organizam a sociedade, muitas vezes de forma inconsciente pelos indivíduos envolvidos. Sob a ótica marxista, essa estrutura capitalista, que segrega a classe trabalhadora, reflete-se na origem institucional das creches, desde a “Velha Europa” até o contexto contemporâneo, indicando que seu surgimento foi uma resposta à necessidade de cuidar dos filhos das operárias, cuja força de trabalho era essencial. No entanto, devido ao alto custo da educação infantil e ao excedente de mão de obra barata, o cuidado infantil deixou de ser uma prioridade para a burguesia, ficando a cargo das próprias mães, evidenciando a persistente desigualdade e a ausência de soluções estruturais para esse problema.

A realidade das creches no Brasil

No contexto nacional, ainda há de se falar na roda dos expostos, desde o início do século XIX, em que a genitora depositava a criança numa estrutura circular, nos muros das igrejas, em que ao ser girada, a criança adentrava o imóvel sem que a depositante fosse identificada, deixando unicamente em sua posse a metade de um “santinho” rasgado e ficando com a outra metade, na esperança e expectativa de um dia, quando em condições de procurar essa criança ou até mesmo adulto, a união desse “santinho” a ajudaria a identificar seu filho. Nesse sentido, a análise acertada de Oliveira (1988) que afirma que no Brasil, as creches surgiram em meio ao avanço desigual do capitalismo e da urbanização, refletindo contradições sociais profundas. Inicialmente, eram instituições assistencialistas voltadas ao cuidado de crianças pobres, órfãs ou abandonadas, muitas vezes associadas a práticas de exploração e exclusão social.

A primeira creche para mães trabalhadoras de que se tem registro foi criada no Rio de Janeiro, em 1899, denominada “Creche da Companhia da Fiação e Tecidos Corcovado, (Kulmann, 1998, p.83). Nas décadas seguintes, foram criadas pelas fábricas diversas creches internas em seu ambiente de trabalho, resultando em mães mais felizes e, conseqüentemente, mais produtivas. Não se pode olvidar,

entretanto, que eram rechaçadas e criticadas por médicos higienistas, que se preocupavam com a higiene e saúde da população carente. As poucas creches fora das fábricas, apoiadas por esta classe médica, foram criadas e geridas por mulheres economicamente bem colocadas, organizadas em instituições religiosas e filantrópicas, que, por sua vez, recebiam ajuda governamental, principalmente a partir de 1964, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem).

Conforme Mackey e Reganham (2009, p. 61-62), à década de 60, surge um novo discurso, embasado na “teoria da privação cultural”, momento em que as creches e pré-escolas assumem a função de suprir e compensar as deficiências bio-psico-culturais apresentadas no desenvolvimento da criança. Concomitantemente, nas escolas particulares, era incentivado a criatividade, sociabilidade e desenvolvimento infantil como um todo, resultando em apenas algumas camadas beneficiadas, mais uma vez não abarcando a integralidade da sociedade, reproduzindo os sistemas de desigualdade já latentes no corpo nacional. Já nos anos 70, calcados pelos movimentos sociais, a creche passou a ser reivindicada como um direito da mulher operária, passando a ser subordinada à Secretaria do bem-estar social. Nessa ocasião, para conter a afã e agitação dos operários, foram criadas vilas operárias, clubes esportivos e ainda creches e escolas maternas em grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Oliveira, 2005).

Note que o Estado, revestido do Poder Público, se eximiu da obrigatoriedade de gestor social enquanto pode, característica típica de nosso país, resguardando-se do comprometimento a terceirizando funções que lhe cabiam e ainda cabem, regulamentando a instituição das creches relativamente recente, na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. Somente a partir dessa regulamentação é que houve um rompimento (ao menos uma tentativa) com o caráter assistencial e filantrópico que até então revestia a instituição, passando finalmente a integrar ao Ministério da Educação, subordinando-se à incumbência do município, com fulcro no inciso V do artigo 11 da LDB:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de

ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1996, p.6).

É que, herdado pelas instituições internacionais interessadas na domesticação da pobreza nos países denominados “em desenvolvimento”, o viés assistencialista suprimiu, desde sua criação, ao aspecto educacional das creches. Ora, não há interesse em educar numa sociedade subdesenvolvida, que gera compreensão de si e do mundo, muito pelo contrário, a pretensão se pauta da contenção, seja da miséria, seja da revolta ocasionada por ela. Abrantes (1984) sobre o tema disserta que, criado em 1946 para socorrer crianças europeias no pós-guerra, o UNICEF ampliou sua atuação a partir de 1953 para países em desenvolvimento, como o Brasil, onde iniciou campanhas emergenciais e programas assistenciais. Essa abordagem refletia interesses geopolíticos da Guerra Fria e a necessidade do capitalismo em conter a pobreza e garantir estabilidade para sua expansão.

A creche, enquanto instituição, originou-se pela premência de confiança e guarda das crianças. Ocorre que, com a conscientização da imprescindibilidade do viés pedagógico, o sutil antagonismo do binômio educação e cuidado não necessariamente contradiz o artigo 1º da LDB, que conceitua educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, p. 1).

A origem de uma palavra ou instituição reverbera secularmente no comportamento da sociedade como um todo. Epistemologicamente, Martins (2009) nos apresenta que termo "educação" deriva do latim educare, associado a guiar, nutrir e desenvolver. Etimologicamente, carrega o sentido de conduzir a criança de seu potencial à realização, ideia que entrou na língua por volta do século XVII. Note que na concepção de educação estão imbrincados ambos os conceitos, tanto o de cuidar quanto o de educar. E talvez daí decorra a dificuldade para a aplicação de ambos os tratos. Para muitos, a homogeneidade dos significados compele a minimizar o que não se acredita ser valoroso e subestimar o que lhes é mais caro.

Ora, falamos de educação em todas suas nuances como instrumento libertador, conscientizador e, principalmente, transformador, como a ludicidade, em que o educador usa práticas humanizadoras, “que faz parte da cultura e está presente nas atividades humanas. Isso por si só já significa contrapor-nos a mundo estrito do trabalho que desumaniza, mecaniza o homem e suas relações.” (Pereira, 2015, p. 173).

Primeiras creches em Catalão -GO

Catalão surgiu em razão do pouso de bandeirantes liderados por Bartolomeu Bueno da Silva, por volta de 1722, motivados pela busca de minas de ouro. Sua data de criação é imprecisa, sabendo-se que foi elevado à categoria de vila com a denominação de Catalão, no ano de 1833 e à condição de cidade por Lei ou Resolução Provincial n.º 7, de 20-08-1859. (IBGE, 2023) Poeticamente, Guimarães Lima narra o prelúdio da cidade, em *Catalão em Marcha*

Esta é a prendada terra, por onde passou Bartolomeu Bueno, abrindo a estrada de S. Paulo, e onde deixou, como marco de sua passagem, uma cruz de aroeira, plantada aí no sudoeste, a três léguas, após ter transposto o Paranaíba. É este o mesmo belo recanto do extremo sul goiano, nascido sob o signo da cruz e que se desvendou à observação carinhosa e à cobiça de um intrépido filho de Catalunha. É a paragem circundada de grandes rios, Mesopotâmia de perspectivas arrebatadoras, que esboçam as copadas densas das florestas altaneiras, balouçando no espaço as frondes de um dominante verde-escuro, mostrando a exuberância do solo, ostentando nas clareiras os tapetes de relva, rebrilhando aos raios solares, na variegada floração de contínua primavera. O audaz bandeirante catalão enamorou-se da terra vigorosa e moça. Construiu ali carinhosamente o seu lar, dispondo-se a lavrar a terra úbere [...] Não tardou que para as terras que se apossara atraísse o bandeirante um agrupamento de agricultores, formando-se a fazenda do Catalão, denominação que perdurou, através dos anos, lembrando o nome patronímico do primeiro habitante, para perder-se, com os velhos arquivos, o nome próprio (Lima, p. 23, 1941)

Naturalmente, seu desenvolvimento foi lento e moroso, considerando sua distância de grandes centros políticos e a dificuldade de comunicação e locomoção, peculiares à época, situação alterada pela construção e implementação da ferrovia, já no começo do século XX que impulsionou seu crescimento urbano. No ano de 1931, Catalão, que abrangia os distritos e Santo Antônio do Rio Verde, Cumari e

Goiandira, perdeu estes dois últimos e em 1953 foi novamente dividida, criando-se os municípios de Ouvidor e Três Ranchos, até então também distritos catalanos. (IBGE, 2023) Assim, segundo Silva (2015) a partir da chegada da BR-050 e da instalação das mineradoras na década de 1970, Catalão passou por forte transformação, com crescimento urbano, geração de empregos e surgimento de novos bairros para diferentes classes sociais.

Com o ensejo e advento da mineralização, desde os anos 1970, intencionando a industrialização do Estado de Goiás, a Lei 7.766/73 cria a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás, atual Goiasindustrial, que englobou Catalão para sediar os primeiros distritos industriais do Estado, juntamente a Gurupi (antes da criação do Estado de Tocantins) e Anápolis. Isso contribuiu para que a cidade de Catalão despontasse como uma das cidades mais industrializadas do estado, ocupando posições importantes no PIB Industrial.

A primeira creche registrada em Catalão foi fundada pela Igreja Católica na década de 1970, sob a administração do Padre Máximo, da ordem Franciscana. Segundo Ramos (2008), em 1972, o Padre João Glen Perin inaugurou o Centro Comunitário São Francisco, uma instituição sem fins econômicos voltada à assistência educacional e social para populações pobres da região. Silva e Ximenes (2015) indicam que as primeiras creches da cidade datam de 1978, surgindo da necessidade das mães trabalhadoras que precisavam de um local seguro para deixar seus filhos. A igreja mantinha duas creches, São Francisco, ainda em funcionamento, e São Sebastião, que encerrou suas atividades em 2007. O caráter dessas instituições era essencialmente assistencialista, focado em cuidar das necessidades físicas e básicas das crianças, especialmente em comunidades pobres e marginalizadas, como o bairro São Francisco, onde a criação dessas creches visava oferecer acolhimento e suporte social às famílias mais vulneráveis.

Pelo acima escrito, nota-se que em momento algum a educação foi citada, mesmo que de forma subsidiária. Na verdade, a premência era abrigar essas pessoas miseráveis e marginalizadas, nutri-las, ampará-las, e, conforme transcrição abaixo, prepará-las para o ingresso em alguma profissão, prestando às crianças o cuidado deveras caritativo. Nessa direção, em seu discurso inaugural, o padre Máximo profere:

[...] sendo uma paróquia de periferia, que tem sua expansão nos loteamentos, deve ter como prioridade O CUIDAR DOS BAIRROS, preocupar-se com o povo mais carente, convidar os ricos a uma conversão para os pobres, a fim de ajudá-los a crescer, a ser mais gente, fazendo de ricos e pobres uma só família, a família da Deus e todos juntos enfrentarmos de cheio a tarefa da promoção humana e cristã. Por isso, prezados irmãos, aí está o Centro Comunitário São Sebastião. Durante a semana funcionará como CRECHE e CURSOS PROFISSIONALIZANTES: CORTE E COSTURA, MÃES GESTANTES, BORDADOS, MANICURE, ETC. (Livro de Tombo I da Paróquia São Francisco, ano 1980, p. 48v e 49)

Presume-se, desta forma, que o início do funcionamento deste atendimento assistencial e educacional se deu na década de 1970, não tendo ficado muito claro quando foi a sua institucionalização de fato, já que pelo Conselho Municipal de Educação de Catalão, sua inauguração datou o ano de 1978, em que pese no Livro de Tombo I da Paróquia São Francisco, datado do mesmo ano, mencionar uma planta baixa para construção de “uma creche para crianças pobres”, ainda que a prestação já se dava desde 1972, existindo um local de atendimento às crianças e adolescentes da comunidade, direcionada à catequese e trabalhos manuais.

Inicialmente, eram amparados pela LBA (Legião Brasileira de Assistência) - órgão fundado em 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, depois tornando-se um órgão de assistência às famílias necessitadas em geral, sendo extinta em 1991 pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Percebendo a carência da comunidade, em conjunto às Irmãs Dominicanas do Santíssimo Sacramento, em 1983, ampliou e diversificou o atendimento, iniciando, aos cuidados das Irmãs Rosa Mattea e Carmela, o trabalho de creche, acolhendo, em média, 60 crianças, recebidas em três salas de aula, não divididas por faixa etária, tendo em vista as tarefas serem divididas somente entre cinco professoras, para execução nos períodos matutinos e vespertinos.

Já em 1988, atendendo a 120 crianças, a verba da LBA (Legião Brasileira da Assistência) era destinada a ser dividida da seguinte forma: 60% para alimentação, 15% material didático e brinquedos educativos, 15% material de consumo (higiene, etc.) e 10% com outros (remédios, pequenos consertos e afins). A verificação dos gastos se dava bimestralmente, em reunião com os diretores e gestores da creche (Ramos, 2008).

Em 1998, diante da falta de recursos da extinta Legião da Assistência e da precária estrutura física da sede, iniciou-se uma reforma e ampliação do prédio, que durou dois anos e três meses, financiada por empresas, comerciantes e fazendeiros locais. Em novembro de 1999, foi criado o Conselho de Fundação com o objetivo de regularizar legalmente a instituição e formular seu estatuto. No ano 2000, a entidade foi registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, em conformidade com a lei municipal nº 1.520, de 18 de abril de 1996, e recebeu o título de utilidade pública concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Posteriormente, em 2004, recebeu autorização para funcionamento da Educação Infantil, conforme parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, que reconheceu o atendimento às normas pedagógicas, administrativas e de infraestrutura, bem como o importante papel social e assistencialista desenvolvido pela instituição (Ramos, 2008).

Por outro lado, em 1982, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus instituiu a Sociedade Beneficente Evangélica, com o propósito de fundar, manter e administrar, conforme as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislações complementares, diversas instituições educacionais e sociais. Entre essas, destacam-se escolas de ensino fundamental e médio, escola maternal, jardim de infância, cursos profissionalizantes, creches, maternidades, asilos, ambulatórios, hospitais, albergues noturnos e centros de recuperação para dependentes químicos, conforme registrado na Ata de Assembleia Geral da Sociedade Beneficente Evangélica.

Em que pese sua idealização ter se dado em 1982, apenas em 1986 a “Creche Recanto Infantil” abriu suas portas, em terreno doado pela prefeitura e construção edificada por intermédio de mutirões. Inicialmente, contou com 62 crianças matriculadas em turma de berçário, jardim I e jardim II, geridas por duas professoras. O restante do quadro de funcionário era uma auxiliar de serviços gerais, uma merendeira e a diretora Adelita Silveira de Sousa. Ao ano de 2008, o tipo societário foi alterado para Associação, mediante aprovação unânime da

diretoria, sócios-fundadores e sócios mantenedores, restando nominada como “Associação Beneficente Evangélica – Creche Recanto Infantil”⁴.

Pode-se entender que as primeiras creches de Catalão, originadas em instituições religiosas, possuíam essencialmente um caráter caritativo e assistencialista desde sua fundação. Esse contexto está alinhado com a trajetória nacional, na qual muitos desses espaços surgiram com o objetivo principal de atender crianças em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas de baixa renda. Historicamente, essas instituições foram justificadas como estratégias para combater a pobreza, mas, por conta das limitações orçamentárias, enfrentaram precariedades como falta de recursos materiais, instalações inadequadas, insuficiência na formação dos profissionais e alta proporção de crianças por adulto, características que marcaram o atendimento assistencialista durante muito tempo.

Observa-se que a preocupação inicial dessas instituições estava centrada em garantir alimentação, higiene e segurança — necessidades básicas que, idealmente, não deveriam ser o foco principal das instituições de ensino. Entretanto, dada a precariedade social de muitas famílias, a igreja assumiu o papel de amparar essas deficiências, especialmente no cuidado e guarda das crianças pequenas. Atualmente, a estrutura da educação infantil municipal em Catalão organiza o atendimento em creche em período integral, enquanto a pré-escola funciona em períodos parciais, conforme Silva e Ximenes (2015) descrevem ao analisar a rede municipal.

Historicamente, o atendimento para crianças de zero a seis anos em Catalão esteve ligado, sobretudo, à iniciativa privada, filantrópica e a instituições municipais mantidas por órgãos de assistência social. Essas instituições permaneceram vinculadas à assistência social até a inserção no sistema municipal de ensino, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. A partir de 2002, a educação infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos, com a criança de seis anos inserida no primeiro ano do ensino fundamental. A oferta em creche, voltada para crianças de zero a três anos, é majoritariamente em período

⁴ Durante a pandemia de Covid-19, a Creche Recanto Infantil retomou as atividades apenas para crianças da pré-escola (quatro e cinco anos), atendendo 75 alunos, com apoio de verbas municipais e doações da igreja e da comunidade.

integral na rede pública, enquanto para as crianças de quatro e cinco anos predomina o atendimento em período parcial.

Vale destacar que as três instituições estudadas neste trabalho têm origem em congregações cristãs tradicionais, sendo que apenas duas continuam em funcionamento. Essa base religiosa reforça a concepção assistencialista das creches, pois o ideal cristão de acolhimento e cuidado infantil legitima a forma como essas instituições foram idealizadas e mantidas. Diante disso, não foi considerada pertinente, neste momento, comparar essas instituições de origem religiosa com aquelas criadas pela administração pública, o que pode ser uma sugestão para pesquisas futuras. Cabe mencionar que, apesar de solicitado oficialmente, não foram disponibilizadas informações sobre o ano de criação das creches atualmente em funcionamento na rede municipal.

Resultados e Discussões

O surgimento das primeiras instituições de acolhimento infantil em Catalão reflete uma transição social e educacional que ultrapassa o contexto local, abrangendo um processo nacional. Inicialmente, essas instituições tinham caráter assistencialista, focado no cuidado das crianças, especialmente das famílias em situação de vulnerabilidade. Contudo, o desafio foi expandir essa função para incluir o aspecto educativo, o que, segundo Ramos (2008), representou um avanço importante no município.

No Brasil, essa transformação ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação infantil como direito da criança, não apenas como uma necessidade vinculada ao trabalho da mãe, conforme Guimarães (2017). A Constituição passou a garantir que o Estado ofereça atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos, estabelecendo a educação infantil como direito social e afirmando a criança como sujeito de direitos. partir dessa mudança, iniciou-se um processo de redefinição das funções das creches e pré-escolas, que passaram de um atendimento assistencial para um atendimento educacional, conforme destacado por Costa (2001). Esse processo implicou

debates sobre o trabalho pedagógico adequado para a faixa etária, a formação dos profissionais e a criação de diretrizes curriculares específicas.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) incorporou formalmente as creches ao sistema de ensino, compondo a primeira etapa da educação básica e transferindo sua gestão para o Ministério da Educação. Em 1998, o MEC disponibilizou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, orientando essa transição do modelo assistencial para o educativo, como apontado no documento oficial do Ministério da Educação (Brasil, 1998).

Essa mudança também envolveu superar a visão estigmatizante que via a educação infantil como serviço destinado somente a populações pobres, marcado pelo assistencialismo e exclusão social. O novo enfoque passou a reconhecer a educação infantil como espaço de desenvolvimento integral da criança, enfatizando cidadania, igualdade e liberdade desde os primeiros anos, conforme reflexão do MEC. Assim, nas creches, educação e cuidado passam a se integrar, configurando um ambiente onde a criança é estimulada em seu desenvolvimento intelectual, emocional e social. Essa abordagem requer a colaboração do Estado, família, educadores e comunidade para criar um espaço educativo que potencialize as capacidades da criança, tanto no contexto local de Catalão quanto no âmbito nacional.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo averiguar as condições em que foram criadas as primeiras creches na cidade de Catalão-GO e entender o quanto a característica assistencialista ainda é predominante em suas convicções e princípios, bem como traçar um paralelo entre o momento histórico de suas criações até a atualidade.

Há de se considerar que as três instituições estudadas tem sua origem dentro de congregações cristãs tradicionais, lembrando que apenas duas ainda estão em funcionamento. Essa concepção caritativa aqui dissecada acaba indo ao encontro do próprio ideal cristão, sendo duplamente validada tanto pelo caráter de acolhimento religioso com os ideais de cuidados infantis. Nesse primeiro momento, não pareceu interessante comparar essas instituições, idealizadas dentro de um

padrão religioso, com as criadas pela própria administração pública, podendo ser objeto de ulterior pesquisa.

No tocante ao acréscimo do cunho educacional nas creches, depreende-se que sua admissão e instauração não significa a legitimação da eliminação dos cuidados para com essas crianças. O que deve se extirpar é a falsa consciência de que esses menores provêm de famílias marginalizadas, de baixa renda e que precisam unicamente compensar tais deficiências dentro de sala de aula, como se qualquer ensino/conteúdo ministrado fosse desnecessário ou não absorvido, já que as premências desse menor se baseiam em necessidades tais como alimentação, vestuário e guarda.

Portanto, ratificando o acesso à educação das crianças de zero a (três) anos, seu direito de ser estimulada em ambientes propícios ao desenvolvimento e potencialidade, que refletirão em sua fase adulta, corroboram com o corpo do artigo 206 da Carta Magna, no que tange “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Inegavelmente, uma característica ainda persistente em muitas instituições é a ideia de que a vaga na creche é um “favor” concedido, como se fosse uma concessão generosa para a mãe que precisa deixar seu filho sob cuidados. Esse estigma não foi superado: a vaga não é um presente, é um direito. Educação é um direito nato, não uma moeda de troca política. Basta nascer com vida para adquiri-lo. A Constituição Federal afirma a educação como um direito social fundamental, inalienável e indisponível, conforme os artigos 205 e 227. Essa garantia é reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 4º e 54, bem como pela LDB, nos artigos 4º e 5º.

O que acontece são as contradições evidenciadas nas interpretações e aplicabilidade dos dispositivos que regulam a educação infantil. Com a leitura dos supramencionados artigos, nada contrário ao entendimento que educação é um direito nato do cidadão, sem exceções, juridicamente positivado, pronto a ser cumprido. Contudo, pela simples análise do artigo seguinte, esbarra-se com a inescrupulosa e conveniente interpretação do caráter obrigatório vincular o Estado ao fornecimento de educação tão somente a partir de quatro anos completos da

criança, apropriando-se do teor do inciso I em seu próprio favor e agindo com discricionariedade para oferta de vagas às crianças de até três anos.

Ora, se ainda não é possível assegurar o ingresso desse infante na rede de ensino, como há de se falar em caráter educativo? Desagregar o caráter predominantemente assistencialista das creches, moldá-las como também educacionais e legitimar aquela criança como um sujeito de direitos, não somente dos cuidados básicos, o que já aconteceu de uma perspectiva legal, na prática é uma tarefa pautada na vagarosidade, que se espera vivenciar um dia.

Referências

ABRANTES, Paulo Roberto. O pré e a parábola da pobreza. **Cadernos CEDES**, São Paulo, Cortez, n. 9, p. 8-26, 1984.

ADORNI, Dulcinéia da Silva. **A creche e o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos: de agência de guarda a espaço educacional**. Centro Universitário UNIFABIBE, 2005. Disponível em <https://www.unifabibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafabibeonline/sumario/9/18052011155146.pdf>. Acesso em 28 dez. 2024.

ARIÈS, Philippe.; CHARTIER, Roger: **Histórias da Vida Privada 3**, da Renascença ao Século das Luzes, Tradução de Hildegard Feist, 2ª edição, Rio de Janeiro, Companhia de Bolso, 2009, 632 p.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Tradução Dora Kuksmao 2. Edição, Rio de Janeiro: LTC, 1981, 224 p.

BRASIL. Referência Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COSTA, Selma Frossard. **A política de Assistência Social no contexto da educação infantil: possibilidades e desafios para um trabalho sócio-educativo**. 2001. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n2_selma.htm Acesso em 07.07.2023. Acesso em: 28 de maio de 2025.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In. CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Vol. 3, p. 305-320

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81 – 142, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

MACKEY, Letícia; Raganham, Simone Gonçalves. A importância da educação infantil no processo de escolarização; **Revista das Faculdades Integradas Claretianas**, Nº 2 – janeiro/dezembro de 2009. Disponível em [file:///D:/Arquivos/Downloads/sumario7%20\(1\).pdf](file:///D:/Arquivos/Downloads/sumario7%20(1).pdf) Acesso em: 28 de maio de 2025.

MARTINS, Evandro da Silva. **Etimologia de alguns vocábulos referentes à educação**. Olhares & Trilhas, [S. l.], v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/3475> Acesso em 18.06.2023. Acesso em: 28 de maio de 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MERISSE, Antônio; JUSTO, José Sterza; da ROCHA, Luiz Carlos; VASCONCELOS, Mário Sérgio. **Lugares da Infância** – Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte e Ciência, 1997, 92 p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, 255 p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **A creche no Brasil: Mapeamento de uma trajetória** (R. Fac. Educ., São Paulo, 14(1): 43-52, jan.jun. 1988, disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402/36140> Acesso em 04.05.23

PEREIRA, Reginaldo Santos. Ludicidade, infância e educação: uma abordagem histórica e cultural. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 64, p.170-190, set, 2015 –ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641935/9433> . Acesso em: 28 de maio de 2025.

SILVA, Altina Abadia da; BARBOSA, Eliza Maria; PINHEIRO, Maria do Carmo Morales. Educação Infantil em Catalão: análise da realidade de atendimento. Poiésis Pedagógica – Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. Volume 3, Números 3 e 4, Catalão. 2005-2006, 26p. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10543/7013>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

SILVA, Altina Abadia; Ximenes, Priscilla de Andrade Silva. **Trajetórias da educação infantil em Catalão: A qualidade do atendimento em creches e histórico de uma realidade**, 2015. Disponível em

<https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/trajetc3b3rias-da-educac3a7c3a3o-infantil-em-catalc3a3o.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2025.

SILVA, Altina Abadia da; Barbosa, Eliza Maria; Pinheiro, Maria do Carmo Morales. Poiésis Pedagógica – **Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão**. Volume 3, Números 3 e 4, Catalão. 2005-2006, 183p.

SILVA, Magda Valéria da. **Trabalho de Campo no Espaço Urbano de Catalão, Goiás: uma proposta pedagógica**, 2015. Disponível em https://www.falaprofessor2015.agb.org.br/resources/anais/5/1441765172_ARQUIVO_TRABALHODECAMPOESPACOURBANODECATALAOGOIAS.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2025.

Ata de Assembleia Geral para fundação de instituição civil sem fins lucrativos da Igreja Assembleia de Deus (1986)

Sítio da Prefeitura Municipal de Catalão <https://www.catalao.go.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 28 de maio de 2025.